

ENTRE AS GLÓRIAS RENOVADAS DO IMPÉRIO E O DISCURSO DA IRMANDADE: HISTÓRIA, POLÍTICA E IDENTIDADE NUM ENREDO LUSO-BRASILEIRO¹

Eduardo Caetano da Silva²

RESUMO: A intenção desse artigo é analisar o discurso da irmandade luso-brasileira, a partir de suas formulações correntes entre as lideranças de associações portuguesas do Brasil. Pretendo, primeiramente, mostrar como a metáfora da irmandade possui sentidos que transbordam a simples enunciação do sentimento fraterno e corresponde a lógicas hierárquicas e visões históricas acerca das relações entre Brasil e Portugal. Também intento expor como seu caráter eminentemente ideológico, de certo modo, oculta-se na aspiração de sublimar situações conflituosas de ordem política, pertencentes à esfera pública, pela representação desses conflitos por categorias referentes aos assuntos de ordem familiar, portanto, concernentes à esfera das relações privadas.

PALAVRAS-CHAVE: relações luso-brasileiras, historicidade, identidade.

¹ Este artigo é baseado numa versão preliminar de capítulo que estou desenvolvendo para minha dissertação de Mestrado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do IFCH-UNICAMP. A pesquisa faz parte do projeto “Imigrantes portugueses, imigrantes brasileiros: globalização, antigos imaginários e reconstruções de identidades – uma comparação triangular”, coordenado por Bela Feldman-Bianco e integrado à linha Nação e Diáspora do Centro de Estudos de Migrações Internacionais – CEMI/UNICAMP.

² Mestrando em Antropologia Social e pesquisador do CEMI (Centro de Estudos de Imigrações Internacionais).

INTRODUÇÃO

Antes de iniciar uma discussão mais específica sobre a questão da irmandade luso-brasileira, julgo ser necessário, senão desenhar, ao menos esboçar, os quadros teóricos mais gerais com os quais essa minha análise procura dialogar. Os mais centrais deles dizem respeito aos debates sobre discursos nacionalistas e aos desenvolvimentos teóricos sobre história, etno-história e historicidade no campo da antropologia. Quanto à temática nacionalista, as referências principais mais amplas são Fox (1989), Anderson (1989) e Hobsbawm (1987), e suas respectivas discussões sobre conflitos entre diferentes ideologias nacionalistas no seio das chamadas culturas nacionais, sobre os processos de construção de imaginários nacionalistas e comunidades imaginadas e sobre a invenção de tradições.

Sobre a problemática da história na antropologia, um trajeto abreviado se iniciaria na contenda entre Lévi-Strauss (1967 e 1989) e Sartre (1973), na década de 60, e estender-se-ia, dentre outras, às reflexões de Lefort (1979), Cunha (1987) e Sahlins (1986 e 1990) acerca das relações entre cultura, história e sociedade. Esses autores avançam na idéia de uma interdependência entre sistemas simbólicos e práxis, a qual por sua vez, ampara minha análise, na mesma medida, em que permite sustentar as correspondências entre a afirmação de laços de irmandade luso-brasileiros nos cenários políticos e econômicos e a construção de continuidades e rupturas nas visões históricas que se concebem em torno das relações entre Brasil e Portugal.

Por fim, ainda no âmbito dos quadros teóricos, teria que citar as imbricações entre essas temáticas e a questão identitária, pois, ao se pensar em hierarquia, conseqüentemente, toca-se na questão da diferença e, portanto, da identidade. Nesse sentido, a irmandade, ao aludir às semelhanças e às afinidades entre Brasil e Portugal, mostra-se componente de um conjunto mais amplo de discursos e práticas identitárias produzidos e/ou reproduzidos por lideranças associativas portuguesas no Brasil, que incluiria também outras representações, tais como, da invisibilidade, da luso-brasilidade, do

Império, da Colônia, da diáspora, dentre outras.³ Por esta instância, o artigo alinha-se à opinião de que as construções e reconfigurações identitárias só podem ser entendidas voltando-se para o contexto de processos sociais e negociações políticas dos quais emergem e, por isso, procura alcançar um melhor entendimento, de como, a partir de diferentes posicionamentos sociais, são produzidos, imputados, apropriados e contestados os discursos identitários acerca de ser português no Brasil. Afina-se assim com uma postura anti-essencialista que busca compreender identidades no âmbito processual das relações entre cultura e poder. Segue, nesse particular, a proposta de Stuart Hall (1996, p. 68) que, *“ao invés de tomar a identidade por um fato que, uma vez consumado, passa, em seguida, a ser representado pelas novas práticas culturais”* sugere *“pensá-la, talvez, como uma produção, que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre constituída interna e não externamente à representação”*.

Obviamente, para os limites deste artigo, não será possível um aprofundamento no corpo de problemas tocantes às teorias apontadas acima (nacionalismo, historicidade e identidade) e, menos ainda, a investigação de suas inter-relações. Contudo, mesmo que a intenção desses apontamentos tenha por função prioritária apenas a de marcar genericamente um caminho teórico, espero que suas implicações mais gerais estejam manifestas no desenvolvimento de minha análise.

“OS 500 ANOS” E “OS OUTROS 500”

Sem dúvida, as (re)construções e o revigoramento da retórica da irmandade estão associados a uma conjuntura que inclui das comemorações conjuntas dos “500 anos de descobrimento” à ampliação de interesses

³ Tenho observado que essas representações são situacionalmente acionadas e se movimentam de modo pendular entre dois extremos: a ênfase à *semelhança* ou indiferenciação e o destaque à especificidade e à *diferença* entre brasileiros e portugueses. Em outro artigo, a ser publicado em antologia organizada por Bela Feldman-Bianco (2001), analiso de que formas, entre as lideranças associativas de São Paulo, essas diferentes representações sobre “ser português” coexistem virtualmente, manifestando-se contextualmente de maneira alternativa, complementar ou contraditória.

político-econômicos mútuos entre Brasil e Portugal. Nesse contexto, a busca por criar e fortalecer uma proximidade entre os dois países e, ao mesmo tempo, postula-la como um caminho natural para nações que, afinal, “compartilham 500 anos de história”, ajuda a entender, tanto a importância adquirida pelo discurso da irmandade, quanto seus limites. Eneida Leal Cunha apontou para os desequilíbrios e as dificuldades em se definir as programações comemorativas conjuntas ao “descobrimento”, comparando os discursos e as políticas oficiais portuguesas e brasileiras (isoladamente e em conjunto) para marcar a data. Observou que se diferenciavam: “*as comemorações em pauta pela dimensão contrastante, ou mesmo pela desproporção existente, entre a programática, os investimentos, os ritmos e os impasses comemorativos brasileiros e portugueses*”. Em comum, dizia ela: “*têm esses eventos o fato de se constituírem primordialmente como iniciativas de Estados Nacionais – ou, se quisermos, como políticas culturais de Estado, na peculiaridades das circunstâncias atuais.*” (Cunha, 1998).

Sua análise indica a relativa adequação das comemorações para o Estado português que, há tempos, tem voltado seus esforços para a transformação de seu antigo espaço colonial em um novo espaço de intercâmbio econômico e cultural, no qual reserva-se o papel de fundador e mediador. Atenta também para os obstáculos que despontaram diante do fato de as celebrações ocorrerem conjuntamente com o Brasil, o que gerou a necessidade freqüente de apelar ao *mea culpa*, quando as memórias de violência e exploração do colonialismo emergiam. Em contrapartida à conformidade das celebrações aos interesses portugueses, Cunha expôs o visível desconforto do Estado brasileiro ao enfrentar a complexa tarefa de comemorar “o encontro” em conjunto com Portugal e, ao mesmo tempo, fugir ao elogio do julgo colonial que sofrera.

Se do lado português, proliferaram as previsíveis referências ao heroísmo e pioneirismo dos descobridores, do lado brasileiro, concentraram-se os esforços na tentativa de revigorar a gasta, mas ao que pareceu ainda fértil, fórmula da apologia do encontro de raças.⁴ Evocou-se mais uma vez

⁴ Dentre vários episódios nesse sentido, um dos mais interessantes foi a desastrada tentativa de popularizar as comemorações, feita pelo então Ministro de Esporte e Turismo, Rafael Greca, que

um suposto caráter nacional, entre harmonizador e antropofágico, de nação tropical, uma das linhas mestras da ideologia nacionalista brasileira. Diante da necessidade de se combinar esses discursos, o caminho foi evitar questionamentos e o resultado foi uma espécie de comédia de erros, cujas principais cenas se desenrolaram entre os anos de 1999 e 2000. Nesse período, o confronto entre diferentes interpretações do passado foi inevitável e adquiriu proporções tão extensas quanto a avidez dos dois Estados e a reboque de suas elites político-econômicas por tirar proveito do momento.

Assistiu-se, em meio a missas, eventos publicitários, congressos acadêmicos e solenidades políticas comemorativas ao que os celebrantes chamavam de “descobrimento”, a insurgência de protestos de grupos variados contra o que os manifestantes chamavam de “invasão” e “genocídio”. Um marco importante para o crescimento do confronto ocorreu em abril de 1999, quando um grande protesto foi organizado em torno de uma missa comemorativa aos 499 anos da chegada dos missionários católicos ao Brasil. A missa, uma espécie de ensaio para os grandes eventos programados para 2000, foi celebrada por um frei português, apresentado como descendente direto de Cabral, em Coroa Vermelha, município de Santa Cruz de Cabralia, local considerado como o ponto de primeiro desembarque das naus portu-

apresentou uma composição dos cantores sertanejos Chitãozinho e Xororó, como “hino dos 500 anos”. A escolha, além não surtir o resultado de popularizar as festividades, pela arbitrariedade, criou polêmica entre intelectuais e artistas. Em resposta às inúmeras críticas que recebeu e considerou preconceituosas com os sertanejos, o ministro escreveu no jornal Folha de São Paulo de 21/07/99. O tom de seu artigo, que endossa a idéia de recriação do encontro de raças como suporte para se comemorar “o descobrimento” fica expresso num pequeno trecho que reproduzo, sobre a suposta riqueza musical brasileira: *“Contribuem para isso as tradições culturais de 206 povos indígenas ainda preservados no nosso território, as etnias africanas (transplantadas para cá no doloroso processo de escravidão, mas hoje perfeitamente integradas à nossa sociedade) e a variedade cultural das 174 migrações europeias, asiáticas e americanas que sucederam aos portugueses. Índias Ocidentais’, sonbo dourado dos navegadores dos séculos 16 e 17, império colonial disputado pelas tropas de Portugal, Espanha, Holanda e França, eldorado gerador da arte barroca mais linda do mundo, o Brasil - sonbador, emboaba, quilombo, inconfidente, independente, Império, República - foi acumulando harmonias. Logo, contar a nossa história em música é ótima idéia”*. As idéias do Ministro não ficaram isoladas. Em diferentes cenários (de propaganda oficial a publicidade de empresas nacionais e multinacionais), o motivo da comemoração se associou ao elogio da “harmônica diversidade brasileira”.

guesas e contou com a presença de destacadas figuras políticas brasileiras e portuguesas. A cerimônia foi tomada por índios pataxós que tinham o objetivo de denunciar, nas palavras de um de seus líderes, o desrespeito pelos direitos indígenas e exigir a demarcação de suas terras, primeiramente tomada pelos portugueses e, hoje, pelos comerciantes e fazendeiros locais e pelo próprio governo brasileiro que associado ao português decidiu transformar as terras pataxó em “Museu Aberto do Descobrimento”.

Ocorrências como essa se repetiram durante todo o período das celebrações e recrudesceram com o fato de aos pataxós, juntarem-se representantes de outros movimentos sociais de contestação, destacadamente o MST (Movimento dos Sem-Terra) que encabeçou junto a outros segmentos da sociedade brasileira, dentre eles, índios, negros, estudantes, sindicalistas, partidos políticos de oposição, punks, anarquistas e agentes da pastoral negra da Igreja Católica, o movimento “Brasil, outros 500”, cujo mote aglutinador foi a questão “500 anos, o que comemorar?”. Os protestos, então, concentraram-se nos rituais de depredação dos “relógios dos 500 anos” que, sob o patrocínio da Rede Globo de Televisão, haviam sido instalados nas principais cidades do país para fazer a contagem regressiva para a data da chegada dos portugueses ao Brasil.

Nem a visita do presidente Fernando Henrique Cardoso a Portugal passou incólume. Em Santarém, terra de nascimento de Pedro Álvares Cabral, o presidente brasileiro acompanhado do presidente Jorge Sampaio foi recebido por estudantes portugueses que estendiam faixas em solidariedade aos Sem-Terra, além disso, foi abordado por migrantes brasileiros que reclamavam a reciprocidade portuguesa aos direitos que migrantes portugueses tem em solo brasileiro (FSP, 10/03/2000). A expectativa criada pelo clima de animosidade instaurado levou alguns representantes do governo brasileiro à tentativa de contemporizar a situação, arriscando-se a declarar que as comemorações em andamento referiam-se a formação da nação brasileira e não ao descobrimento por Portugal, criando óbvio constrangimento aos outros organizadores das festividades.

Esforço desajeitado e inútil. O dia 22 de abril de 2000, planejado como o ápice das celebrações, acabou se registrando de forma absolutamente negativa, marcada pela atitude autoritária e violenta do governo brasileiro com o objetivo de reprimir os protestos que se multiplicaram em todo o país. Na Bahia, onde discursariam os presidentes português e brasileiro, a Polícia Militar foi instruída a impedir completamente o acesso de manifestantes à cerimônia, o que foi seguido à risca de forma truculenta, deixando diversos manifestantes feridos e proporcionando cenas de violência que correram o mundo. Se essas ações tiveram um mérito, foi o de escancarar a ironia que as celebrações, vis-à-vis à desigualdade social do Brasil, tentaram de forma fracassada encobrir através do protocolo pomposo, dos espetáculos ensaiados e dos discursos apologéticos à harmonia brasileira.

A sucinta narrativa desses acontecimentos intenta, tão somente, sugerir o nítido favorecimento que as comemorações dos “500 anos” proporcionaram às associações feitas pelos diferentes grupos de protesto, em diferentes graus, de Portugal como representante da invasão européia e da espoliação colonialista, as quais, na visão de muitos dos que protestavam, hoje, renovam-se maquiadas na linguagem da globalização. Tal visão fundamentou-se não só nas atitudes repressoras do governo brasileiro (também visto pelo viés da continuidade das elites que reprimiram e exploraram índios e negros), mas também nos incontáveis atos falhos cometidos por figuras públicas portuguesas, de intelectuais a artistas, de políticos a empresários, que volta e meia, lamentaram a perda da ex-colônia, ou ainda na intenção de elogio à nação que o Brasil veio a se tornar, desvelaram os indícios de permanência da mentalidade colonialista, ao defini-lo por “jóia da Coroa”, em alusão a sua grandeza ou às boas oportunidades de investimentos geradas recentemente.

Esses episódios demonstram que, na tentativa de celebração conjunta, ficaram expostas as profundas e em muitos pontos insuperáveis diferenças de significados que o período colonial representa para o Estados português e para o brasileiro, para as elites político-econômicas e para as parcelas exploradas da sociedade. Para além disso, apontam a distância dos posicio-

namentos atuais dos dois países, supostamente irmãos, no cenário mundial, no qual, se compartilham uma condição semi-periférica⁵, o fazem cada vez mais, a partir do desejo de fazer parte de uma Europa que se fecha e a partir da inextrincável e indesejada pertença a uma América Latina que sucumbe, o quê, indubitavelmente, faz toda a diferença para as duas, se pudermos chamar assim, semi-periferias.

Nesse sentido, vale notar ainda que as celebrações não foram fatos isolados nas abordagens históricas recheadas de ambigüidades em que vêm se envolvendo crescentemente os dois países ao refletir sobre suas relações. Durante a década de 90, a definição das políticas econômicas de Brasil e Portugal inclui desde a firmação de acordos comerciais e tentativas de exercer papéis estratégicos na aproximação entre os blocos econômicos a que pertencem, Mercosul e União Européia, até a participação expressiva de Portugal na onda de privatizações promovida pelo atual governo brasileiro, chegando, com isso, a atingir o posto de terceiro maior investidor estrangeiro no Brasil. A geração de oportunidades de investimentos cruzados e as expectativas de possíveis vantagens recíprocas na área político-econômica colocaram na ordem do dia, projetos de intercâmbio econômico e cultural. Nesse cenário, também se multiplicaram os pretextos visando reafirmar e reinventar laços preferencialmente fraternos entre ex-Colônia e ex-Metrópole. Laços que tomam por fundamento a suposta riqueza de uma “história compartilhada de 500 anos” que seria responsável pelas afetividades e afinidades profundas existentes entre os dois países. Todavia, esses laços, afetividades e afinidades raramente são descritos ou qualificados, para além da idéia da língua e história comuns.

⁵ O paradoxal é que ao mesmo tempo em que Portugal tem se voltado para o mundo que chama de lusófono, evocando seu passado imperial e suas prerrogativas de colonizador, também curva-se diante das exigências da União Européia, reconhecendo, ainda que veladamente, sua incapacidade de se “levantar sozinho”, aceitando o julgo de “primo pobre” da Europa. São nessas circunstâncias, dentre outras, que Boaventura de Souza Santos encontra argumentos para considerar Portugal um país semi-periférico. (Santos, 1995)

Algumas vezes, aventam-se como testemunhos dessas afinidades e como peças fundamentais para o sucesso de compromissos futuros, as presenças de migrantes brasileiros em Portugal e de migrantes portugueses no Brasil. Nesse sentido, a política do governo português do PS (Partido Socialista) foi mais explícita, procurando sempre destacar a atuação esperada de seus emigrantes no Brasil e dos imigrantes brasileiros em Portugal, a qual poderia ser sintetizada numa espécie de compromisso em trabalhar por uma aproximação efetiva. No entanto, a questão de como essa aproximação tão alardeada deve ser feita é ainda aberta. Talvez, mais aberta ainda para os migrantes brasileiros em Portugal, que enfrentam grandes dificuldades para se inserir no mercado de trabalho de forma legal, no que devem se questionar sobre qual tipo de aproximação pode se estabelecer, com um país que hesita em aprovar uma lei de reciprocidade de direitos⁶, justificada no temor de uma migração brasileira em massa.

Já para os portugueses e luso-descendentes no Brasil, pelo menos para aqueles considerados líderes, em sua maioria empresários e profissionais liberais bem estabelecidos, exemplos mais palpáveis dessa aproximação não faltam nos discursos da oficialidade ou de empresários interessados em investimentos luso-brasileiros. Ainda que caracterizados pelo tom sentimental, esses discursos são claros ao definir expectativas de que essas lideranças tenham suficiente envolvimento político e inserção econômica para garantir a geração e ampliação de oportunidades de lucros no Brasil. Contudo, a posição em que essas lideranças se encontram, por um lado, politicamente convocadas a se manifestar sobre tudo o que se refere às relações luso-brasileiras, o que implica no apoio aos eventos organizados por associações de imigrantes e por órgãos oficiais portugueses também na participação em atividades políticas,

⁶ Em artigo intitulado *Reciprocidade: o que queremos*, publicado em 14/09/97, no jornal O Público, Carlos Viana, na época, presidente da Casa do Brasil de Lisboa, diante da rejeição em se incluir na Constituição portuguesa, direitos especiais aos cidadãos lusófonos, apontou, em tom de cobrança, o fato da Constituição brasileira garantir muito mais direitos aos cidadãos portugueses do que a constituição portuguesa garante aos brasileiros. No palco das comemorações centenárias ao descobrimento.

econômicas e culturais da sociedade brasileira e, por outro, num nível mais subjetivo, inclinadas a conciliar os diferentes enraizamentos resultantes do viver entre Brasil e Portugal é, por si só, geradora de contradições.

Assim, percebe-se que as mobilizações étnicas e as manipulações de identidade de portugueses e luso-descendentes de São Paulo respondem reflexivamente a demandas em via dupla (Brasil e Portugal), trazendo à tona as implicações da experiência transnacional dos seus sujeitos que transitam, comunicam-se e, afinal, vivem entre redes de relacionamentos que atravessam campos sociais de culturas e políticas⁷ de sociedades nacionais distintas. Esses migrantes desenvolvem, na prática, novas esferas de sociabilidade (Glick-Shiller et al., 1997), as quais tendem a reforçar ou a confrontar representações hegemônicas de nacionalidade e, cada vez mais conscientes das ambivalências de suas condições, passam a utilizá-las como margem de manobra em suas negociações identitárias. Por isso, os discursos identitários observados entre algumas parcelas de migrantes portugueses radicados no Brasil são mais reveladores das tensões em que se forjam os discursos nacionalistas português e brasileiro e é nesse sentido que o discurso da irmandade merece especial atenção.

BRASIL-PORTUGAL: MAIS QUE PARCEIROS, IRMÃOS.
(slogan do estande português na Bienal do Livro - São Paulo - 2000)

A fórmula acima é emblemática quando se trata de investimentos cruzados e celebrações em comum. Nesses casos, a irmandade torna-se a moeda corrente para falar das relações entre Brasil e Portugal. Em São Paulo, em meio da chamada comunidade portuguesa⁸, *locus* de minha pesquisa, esse pre-

⁷ Tomo aqui de empréstimo as definições de Clifford Geertz para articular política e cultura em sua discussão sobre o que chama de política do significado (1989: 207): “A cultura, aqui não são cultos e costumes, mas as estruturas de significado através dos quais os homens dão forma a sua experiência, e a política não são golpes e constituições, mas uma das principais arenas na qual tais estruturas se desenrolam publicamente”.

⁸ Durante o período salazarista o contingente de migrantes portugueses no Brasil foi acomodado sob a denominação de “colônia portuguesa”, atualmente há um questionamento entre associa-

tenso laço a unir duas nações aparece principalmente no repertório de discursos dos representantes oficiais do Estado português e é apropriado pelas lideranças associativas na mesma medida em que se alinham ou não a essa oficialidade.

A relevância da retórica da irmandade para explicar as relações Brasil-Portugal tem sido enfatizada por muitos autores. Ribeiro (2001) cita o uso da idéia fraterna em vários momentos de conflito entre Portugal e Brasil no período entre a proclamação da Independência e a da República. Feldman-Bianco (1999, 2001) mostra a centralidade do recurso ao discurso da irmandade no abrandamento e resolução dos conflitos diplomáticos entre os dois países, advindos da retenção e deportação de brasileiros nos aeroportos portugueses no início da década de 90, e de que forma é basal em projetos como o de criação da CPLP (Comunidades de Países de Língua Portuguesa). Santos (1998) ressalta a recorrência do recurso à irmandade na cobrança de direitos em que se empenha uma associação de imigrantes brasileiros em Lisboa. Capinha (1997), em sua análise da poesia de imigrantes portugueses no Brasil, afirma ser a “velha irmandade” uma metáfora que, com força centrípeta mantém, cria e estreita vínculos imaginados como luso-brasileiros.

O sentido dado à irmandade, de forma geral, é o de uma evocação de proximidade seja para minimizar conflitos, cobrar privilégios recíprocos ou evocar continuidade histórica. Mas há de se indagar por que a figura da irmandade, se tantas outras são possíveis para representar proximidade? Por que não amizade, por exemplo, o termo que celebra a relação entre Brasil e Japão? Ou então, por que não algo como “de pai para filho”, já que o papel de Portugal historicamente se forjou na figura do descobridor, tutor e colonizador e tanto se falou sobre o Brasil como futuro de Portugal? O prosaísmo dessas questões é apenas aparente, pois, na tentativa de respondê-las, pode se perceber a que tipo de hierarquia a figura fraterna alude e por quais razões.

ções acerca desse termo e de outros colocados entre as opções de denominação, tais como: comunidade e diáspora. De fato, os termos foram politizados e seu uso é indício de posicionamento político.

Se não se trata de qualquer proximidade a concebida entre Brasil e Portugal, mas da mesma espécie de proximidade que liga irmãos é necessário se compreender tanto as intenções explícitas, quanto os motivos mais ocultos ou inconscientes em que se baseia a analogia; qual a singularidade que a marca e a faz preferida como forma de representação. Como sugeriu Cunha (1985, p. 208) pensando na apropriação de símbolos em sociedades multi-étnicas, tal exercício pode tomar caminho análogo ao de Lévi-Strauss para entender o totemismo, a diferença é que no lugar das espécies naturais, lida-se com espécies da cultura para pensar os grupos sociais.

Assim, a partir do modelo de parentesco partilhado por portugueses e brasileiros, pode-se inferir o caráter específico da irmandade como uma relação entre irmãos. Indivíduos são definidos como irmãos pela consangüinidade partilhada através da transmissão da substância por mesmo pai, mesma mãe ou ambos em comum. Sua qualidade como relação entre parentes é de *horizontalidade*, ou seja, irmãos por definição partilham o mesmo *status* como membros de uma mesma família.

Pode-se ainda acrescentar que a irmandade refere-se, no mais das vezes, ao âmbito das relações privadas e domésticas não constituindo uma relação jurídica que estabeleça direitos ou deveres especiais, salvo em casos de partilha de herança ou ausência de parente mais próximo (pai, mãe, filhos ou cônjuge) e que é comum chamar de “meu irmão” alguém próximo ou com que se tenha ou pretenda ter uma relação de camaradagem, ou se dizer de um amigo muito íntimo: “é como um irmão para mim”. Ainda que sejam comuns relacionamentos conflituosos entre irmãos, o que se espera na irmandade é solidariedade. Tanto é assim, que histórias de rivalidade entre irmãos são casos suficientemente interessantes para se tornarem argumentos recorrentes de folhetins, novelas, etc.

Pautando-se nesses pressupostos corriqueiros da irmandade, talvez se possa compreender melhor sua adequação para representar a ligação Brasil-Portugal. Primeiramente, se a imaginação da irmandade luso-brasileira for interpretada através da consangüinidade, infere-se que a substância comum

a brasileiros e portugueses é concebida como o sangue português, tanto metaforicamente, encarnado na língua (Santos, 1998 e Feldman-Bianco, 2000 e 2001), quanto concretamente, a correr nas veias dos brasileiros. No primeiro sentido, encaixa-se boa parte dos discursos oficiais do Estado português e brasileiro, forjados na corruptela da sentença de Fernando Pessoa – “minha Pátria é a língua portuguesa”. Ao segundo sentido, juntam-se os discursos de cunho mais racista, ainda freqüentes, entre parcelas das lideranças migrantes portuguesas de São Paulo. Esse tipo de visão mais concreta foi defendido, por exemplo, por um dos oradores de cerimônia inauguração da sede brasileira do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), considerado um dos intelectuais do meio associativo de São Paulo. Posicionando-se sobre a necessidade de se escrever a história da migração portuguesa para o Brasil, primeiramente, elegeu como marco inicial dessa história, a Independência brasileira, afirmando que ela transformara o colonizador em imigrante, e, em seguida, escolheu por seu enredo, a miscigenação, que colocara nas veias do povo brasileiro⁹, o sangue português, habilitando, portanto, portugueses e brasileiros a se chamarem de irmãos.

Já se se salientar como o ponto de analogia para a imaginação dos laços fraternos, a ancestralidade em comum, fica patente que através da irmandade aciona-se uma perspectiva da história compartilhada, na qual uma *ruptura* tem que se impor entre o passado e o presente, entre Portugal Metrópole e o Portugal contemporâneo (o mesmo valendo para Brasil Colônia e Brasil contemporâneo). É dessa forma que os dois países podem ser pensados hoje como irmãos, ou seja, ambos como os produtos; os filhos de um relacionamento passado, e não como os sujeitos desse passado. Assim, anula-se ou ameniza-se a preeminência histórica de uma nação sobre a outra.

A propósito dessa ruptura, também é possível observar como pela “desidentificação” do passado com o presente. Metrópole e Colônia passam

⁹ Num peculiar exercício de estatística-histórico-genética, chegou ao resultado de que, pelo menos, 2/3 da população brasileira teria sangue português.

a pertencer a um tempo mais mítico que histórico, mais alegórico que concreto. Por essa espécie de virtualização do pretérito, quaisquer pecados podem ser sublimados e o curso dos fatos históricos passa a ser entendido sob o signo do inexorável. A irmandade, nesses moldes, além de acrescentar-se ao quadro de um mito de origem, torna-se uma explicação para o *status* que as relações entre Brasil e Portugal têm no presente e subsidia a defesa da construção de um futuro de relações cada vez mais estreitadas.

Todavia, essa visão descontínua dos sujeitos do passado e do presente não exclui ou repudia completamente outras construções da história marcadas pela *continuidade*, com as quais, inclusive, conjuga-se, ainda que, pela lógica, resulte em um contra-senso. A visão contínua fica explicitada principalmente no conjunto de retóricas que retomam uma suposta vocação imperial portuguesa. A inteligibilidade desse conjunto se dá, por sua vez, na percepção de uma “super-identificação” entre passado e presente, que faz da nação portuguesa um sujeito se movendo pela história em busca de realizar seu “destino”. Surpreendente é que tanto ruptura quanto continuidade possam coexistir nas vozes dos mesmos sujeitos, pois é na conjugação dessas concepções contraditórias que se constroem os discursos do Estado luso para falar das relações com sua ex-colônia, os quais, usualmente, são apropriados por lideranças portuguesas do Brasil.

Desdobrando a argumentação pode concluir-se que, se, de um lado, a imaginação de um “destino grande”, espelhado nas míticas epopéias do passado, alimenta e renova as ambições portuguesas sobre seu antigo espaço colonial, transmutado em mundo lusófono ou, em outro registro, numa nação desterritorializada¹⁰; de outro, a irmandade surge como o abrandamento ne-

¹⁰ Argumento em minha dissertação de Mestrado que a centralidade do sistema colonial na África para a afirmação do nacionalismo português durante o regime salazarista transformou-se num grande vácuo no pós 74. Vácuo que nem mesmo a entrada de Portugal na União Européia foi capaz de preencher. Ao meu ver, tanto a inclusão de emigrantes num projeto de nação, que passa a se definir como desterritorializada, quanto às tentativas de se criar uma comunidade lusófona ainda mais abrangente, na qual a operação metafórica do sangue pela língua é usada como justificativa para se postular a existência de uma comunidade de sentimentos de falantes de português,

cessário, tentando diluir as memórias da dominação e fomentar um novo estatuto para o relacionamento entre Brasil e Portugal. Assim, é na impossibilidade da livre expressão das memórias do colonialismo que a irmandade surge, de certo modo, como uma fórmula adequada às duas nações, a um só tempo fechando as feridas e não deixando que as cicatrizes se apaguem.

Apresento a seguir uma série de trechos de anúncios publicados na Edição comemorativa ao 10 de Junho (Dia de Portugal e Dia de Camões) da Revista Portugal em Foco - Ano IX - no. 20 - Junho / 2000¹¹ que insinuam as ambivalências criadas pela (re)construção do discurso da irmandade (ruptura) *pari passu* à (re)construção dos discursos de exaltação às ambições imperial-colonialistas portuguesas:

“10 de Junho, Dia da nacionalidade de Portugal, é uma data também muito oportuna para se comemorar com o Brasil esses cinco séculos de História. Da epopéia de Cabral atravessamos cinco centúrias de História; da saga dos colonizadores aos governadores-gerais, dos reis e imperadores, Portugal forjou e lapidou esta terra. E Portugal continua a ser uma presença constante nos dias de hoje, onde investidores depositam confiança no futuro, na grandeza deste Brasil”.

(anúncio de agência de Turismo)

“O Portugal dos nossos dias que se agiganta entre os grandes da Europa, está comemorando o seu grande dia, neste mês de Junho, mês também das comunidades”.

(anúncio de Loja de Acessórios Automotivos)

estão, ambas, enraizadas à necessidade de se criar uma nova base simbólica do nacionalismo português que, contudo, acaba por repetir, de forma viciosa, o discurso de grandeza imperialista apregoadado durante o período ditatorial.

¹¹ A Revista circula normalmente no Rio de Janeiro, mas por ser uma edição especial, também foi distribuída (ainda que informalmente) em São Paulo. Alguns anunciantes eram grandes empresas que não sendo de imigrantes portugueses, possuem algum vínculo com Portugal ou seus imigrantes no Brasil. Em sua grande maioria eram empresas do Rio de Janeiro. Os trechos em negrito nas citações são de minha responsabilidade.

“A eternidade do destino lusíada é a cada ano festejada pela comunidade e a essa comemoração nos associamos”.

(anúncio de Indústria de Alimentos)

“O velho e o novo Portugal estão comemorando, de mãos dadas, no mês de Junho, o seu dia. Às muitas comemorações nos associamos com votos de paz duradoura”.

(anúncio de Empreiteira)

“Nossa saudação vai para Portugal que neste mês de Junho comemora seu dia, também para o **Brasil, país irmão, que sempre se juntou a gente lusíada, com carinho e amor.** Aqui fica a nossa mensagem de fé e esperança para esse **Portugal novo que agora ressurgue.**”

(anúncio de Tinturaria)

As passagens que marquei em negrito mostram claramente a conjugação das duas visões da história, descontínua e contínua, que são os pressupostos, respectivamente, dos discursos fraternos e imperialistas. Indicam também as oscilações entre: a *ruptura* na alusão ao “velho e ao novo Portugal”, a *continuidade* no “atrevessamos cinco centúrias de história” e a *ambivalência* do “Portugal novo que ressurgue”. Desnecessário explicitar a dificuldade em se entender os significados de um *novo* que *ressurgue*.

Nos últimos anos, datas comemorativas, sejam as comemorações dos “500 anos de descobrimento do Brasil” ou do “Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas” têm servido de pretexto à veiculação, na mídia dos dois países, de alusões históricas às relações luso-brasileiras, expondo, quase sempre a permanência tanto dos imaginários da grandeza colonial portuguesa, pelos quais, mais uma vez, Portugal pode se enxergar no espectro do Império por se realizar, quanto as (re)significações do Brasil como terra exótica, paraíso das raças e das riquezas naturais. A permanência, em linhas gerais, da mesma divisão de papéis que narrava a relação entre Colônia e Império com função estruturante nas novas narrativas sobre as atuais relações luso-brasileiras que se delineiam não são, portanto, como quiseram os mais críticos aos protestos contra as comemorações dos “500 anos”, um mero equívoco presente na concepção histórica dos manifestantes.

Ao mesmo tempo, em que essas críticas visavam desqualificar a atitude de enfrentamento dos grupos de protesto, classificando-a como anacrônica, eram lenientes ao uso feito à exaustão das fórmulas alusivas à idéia de continuidade e/ou repetição da história pelos grupos que comemoravam. Assistiu calada, de um lado, a calorosa oratória diplomática de ambos países a exaltar a irmandade entre seus povos e, de outro, a crescente obsessão pela idéia de *redescobrir* que pontilhou a maioria das manifestações comemorativas da imprensa à publicidade. São exemplares desse comportamento esquizofrênico, os textos de Franco Iacomini (Revista Veja, 31-03-1999, *Meu rico português*) e de Cynara Menezes (Folha de São Paulo, 27-04-2000, *Amor e ódio d'além mar: Portugal traz esquadra de 16 escritores para rever relação com Brasil*):

“A pouco mais de um ano das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, **os portugueses estão repetindo o feito histórico.** Desta vez, em vez das caravelas, o que está atravessando o Atlântico são dólares. **Os grandes grupos empresariais portugueses estão redescobrimdo o Brasil.**”

“**Não são tantos como os que vieram com Cabral, mas uma nova invasão de portugueses acontece agora, 500 anos depois do Descobrimento.** Uma comitiva de 16 autores vem de Portugal para participar da Bienal de São Paulo.”

Há, sem dúvida, nesse insistente redescobrir, mais que a inocente falta de criatividade da imprensa e mais que o despreocupado jargão jornalístico, uma profunda ligação com o sentimento de continuidade histórica em que Portugal investe de maneira inconsciente ou deliberada e que, portanto, foi antes percebido, do que propriamente criado pelo “Movimento Brasil Outros 500”. Vale notar, que entre o contingente de migrantes portugueses, o quadro em que se colocam esses enunciados é mais confuso e desvela por moldura a tensão entre uma permanência do passado que une (a história, sangue, língua e cultura compartilhada) e uma ruptura com esse mesmo passado que permite a união de uma maneira específica (como irmãos). Essa tensão entre as duas visões (de continuidade e ruptura), parece-

me exposta de forma definitiva no texto *Um lugar ao sol* de Margarida França Santos Pinto publicado na Revista Portugal-Brasil: investimentos & negócios (no. 2, janeiro/fevereiro de 2000 – p.15):

“o brasileiro, acolhedor e afectivo por excelência virou-se com certa curiosidade para o seu velho colonizador, não o vendo mais como o padeiro que chegou no virar do século, mas antes como o empresário digno de nota. Neste âmbito, a história volta a assumir maior importância na vida de todos nós, uma vez que os portugueses não são, no Brasil, um investidor qualquer, mas antes os filhos dos pais deles, e por isso mesmo, seus irmãos”.

É só pensando nas tensões dispostas sob o eixo da *continuidade/descontinuidade* das visões da história envolvidas que se chega a compreender a lógica capaz de operar a transformação do velho colonizador em imigrante padeiro, do imigrante padeiro em empresário digno de nota e, enfim, desse empresário no irmão, que por isso mesmo, deveria ter seus privilégios reconhecidos e assegurados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, parece-me importante relevar que se a metáfora da irmandade se refere a uma horizontalidade de relacionamento, seria importante retomar sua própria trajetória como discurso para entender não só as equalizações hierárquicas, que intenta operar, mas as próprias transformações que sofreu, atravessando diferentes momentos históricos. Também seria de interesse para uma investigação desse tipo, pensá-la em contato com as figuras que são utilizadas para representar as relações de Portugal com suas outras ex-colônias, que se intensificam à sombra dos investimentos feitos no projeto da lusofonia. Não me arrisco a essa tarefa aqui, mas apenas a título de apontamento, registro o indício de que nesses casos, a formulação da ir-

mandade tanto pode se prestar a um *gradiente* em sua *horizontalidade*, quanto pode ser substituída por outra ordem de metáfora.

No primeiro sentido, pude observar gradações sendo introduzidas na fórmula da irmandade através do mesmo modelo fornecido pelo parentesco. O caso que pude melhor acompanhar foi o de Timor Leste, cuja recente situação de guerrilha serviu de pretexto para se cobrar via Portugal, interna e externamente, a ajuda decidida e imediata dos países considerados lusófonos na resolução do conflito. Nesse contexto, o apelo das autoridades portuguesas e timorenses, bem como, das lideranças associativas de São Paulo, inflectiu-se para uma obrigação familiar de tutela. Nesse caso, Brasil e Portugal não eram quaisquer irmãos, mas os irmãos maiores, os irmãos mais velhos e, portanto, de certo modo, responsáveis pelo bem-estar dos mais novos.

No segundo sentido, quando outra ordem de metáfora é utilizada para falar do relacionamento de Portugal com suas ex-colônias, afigura-se paradigmático para mim, o caso de Angola. Diante das recentes dificuldades enfrentadas por empresários portugueses para entrar em Angola, em nenhum momento a referência a uma irmandade foi aventada. Posfaciando uma série de ameaças de represálias aos migrantes angolanos em Portugal, o então ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, contentou-se em classificar a situação como “insólita e inaceitável” entre *países amigos*. (Portugal em Foco: um jornal luso-brasileiro, RJ, 20 a 26 de abril de 2000, *Portugueses exigem bom tratamento dos angolanos*).

As possibilidades que a comparação dessas situações encerram, parecem-me das mais promissoras, no sentido de compreender o sistema hierárquico em que os nexos políticos e históricos entre Portugal e suas ex-colônias passam a ser significados num contexto de busca de conciliação por parte do governo português entre os projetos de inserção na Europa e o desejo por capitanear um espaço de intercâmbio lusófono.

Creio, ainda, ser ponderado esclarecer que não pretendi aqui condenar, *per se*, políticas de aproximação entre Brasil e Portugal, mas sim desvelar algumas das bases em que essas políticas se desenvolvem e que, no caso das

representações e práticas do Estado português, mostram-se marcadas pelo investimento e perpetuação de um projeto imperialista (Feldman-Bianco, 2001), cuja estreiteza, muitas vezes, afigura-se impeditiva para uma aproximação producente, a qual possibilite a superação de antagonismos passados e o compartilhamento de projetos comuns para o futuro. E fique claro, não será o discurso da irmandade impregnado de ambivalências e isolado de um sentido prático e construtivo capaz de promover essas mudanças no relacionamento luso-brasileiro.

Eduardo Lourenço (1999) ajuíza, em sua auto-denominada psicanálise mítica de Portugal, que a nação padece de um excesso de história, o que explicaria, de seu ponto de vista, a insistente inflexão para o passado e a força aglutinadora da saudade como sentimento nacional. Em registro mais crítico, Boaventura de Sousa Santos, argumenta que *“o excesso mítico de interpretação é o mecanismo de compensação do déficit de realidade, típico das elites culturais restritas, fechadas (e marginalizadas) no brilho de suas idéias”* (1995, p.54). Penso que os apontamentos feitos no decorrer desse artigo sobre as visões históricas de parcelas significativas da sociedade portuguesa que se caracterizam pela produção cultural da continuidade e a “super-identificação” com o passado mítico que resvala, sob a forma de ambivalências, até mesmo no âmbito do discurso fraterno, guarda íntimas relações com as afirmações dos dois autores. Com Lourenço, na mesma medida, em que o “excesso histórico” revela-se pesado lastro, o qual contamina todos os discursos e orienta todas as práticas políticas portuguesas, que só conseguem se conceber, em última instância, como projeção utópica da suposta grandeza de outrora. Com Santos, quando se leva em conta o caráter alienador e hipostático dessas narrativas históricas.

O artista e intelectual Fernando Lemos, em uma de suas cartas a Jorge de Sena e ainda no calor da Revolução dos Cravos, indagava-se partir do exílio no Brasil, *“E agora, será que a revolução fará daquilo um novo país em vez de um novo Portugal? Seria melhor porque a idéia de Portugal atrapalha”*.¹² Passadas quase três

¹² Trecho extraído de carta de Fernando Lemos para Jorge de Sena. São Paulo, 26-07-1975 exposta em artigo de Cláudia Atanazio Valentim (O mundo visto do exílio: uma leitura da corres-

décadas, percebe-se que não seria fácil, diante das atuais políticas do Estado português, responder positivamente a sua pergunta.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze the Luso-Brazilian fraternity discourse, as from the current formulations amongst the Portuguese associative leaderships in Brazil. First, I intend to show how the fraternity metaphor has meanings that overflow the simple enunciation of the fraternity feeling and corresponds to hierarchical logic and historical visions about the Brazil-Portugal relationship. Furthermore, I attempt to expose how its eminently ideological character hides itself in the aspiration of preventing conflictive situations in the public sphere, through representation of such conflicts by categories in connection with family order and therefore concerning the private sphere.

KEYWORDS: Luso-Brazilian relationship, historicity, identities.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, B. *Nação e Consciência Nacional*, Ática, 1989.

CAETANO DA SILVA, E. *Disputas políticas e (re)construções identitárias dos portugueses de São Paulo no contexto dos "500 anos de descobrimento do Brasil"*. Projeto para Seleção de Mestrado Fapesp. Campinas: Unicamp, 2000.

Presenças portuguesas em São Paulo: disputas políticas e reconfigurações identitárias. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.) *Nação e Diáspora: encenações de identidade e poder entre Brasil e Portugal*, Campinas: Editora da UNICAMP, 2002 (prelo).

Dialéticas da inclusão e da exclusão: lideranças portuguesas de São Paulo e a questão da invisibilidade. *Revista Convergência Lusíada – Número Especial Relações Luso-brasileiras*, no. 19, Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2002.

CAPINHA, GRAÇA Ficções credíveis no campo da(s) identidade(s): a poesia dos emigrantes portugueses no Brasil. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no.48, Coimbra, Portugal, 1997

pondência de Fernando Lemos e Jorge de Sena – *Revista Convergência Lusíada*, no. 19, 2002, p.106).

Temáticas, Campinas, 10(19/20):35-59, jan./dez. 2002

- CUNHA, ENEIDA L. As comemorações dos descobrimentos: figurações e reconfigurações de Estados Nacionais. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, no. 19 (set./out.), 1998.
- CUNHA, M. C. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. Antropologia no Brasil: mito, história e etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FELDMAN-BIANCO, BELA. Múltiplas camadas de tempo e espaço. (Re)construções da classe, da etnicidade e do nacionalismo entre imigrantes portugueses, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 38, Dez/1993 (193-223).
- _____. The State, saudade and the dialectics of deterritorialization and reterritorialization, *Oficina do CES*, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 1995.
- _____. *Portugueses no Brasil, brasileiros em Portugal: antigas ambivalências ou reconstruções de identidade*. Relatório de Pesquisa, CES/IICT – Portugal, julho, 1999.
- _____. *Entre a fortaleza da Europa e os “laços de afetividade” da “irmandade luso-brasileira”*: um drama familiar em um só ato, 2000 (mimeo).
- _____. Brasileiros em Portugal, Portugueses no Brasil: construções culturais do “mesmo” e do “outro”. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.) *Nação e Diáspora: encenações de identidade e poder entre Brasil e Portugal*, Campinas: Editora da UNICAMP, 2002 (prelo).
- FOX, Richard G. Introduction. In: *Nationalist Ideologies and the Production of National Cultures*, American Ethnological Society Monograph Series, vol. 2, 1989.
- GEERTZ, CLIFFORD. A política do significado. In: *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GLICK SHILLER, N.; BASCH, L. & BLANC-SZANTON, C. Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration. In: GLICK SHILLER, BASCH, L., BLANC-SZANTON (org.) *Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered*. New York: Annals of the New York academy of Sciences, 645, 1992.

- GLICK-SCHILLER, N. e FOURON, G. Laços de sangue: os fundamentos raciais do Estado-nação transnacional, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no. 48, Junho, 1997.
- HALL, STUART. A identidade cultural e diáspora, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, no. 24, 1996.
- HOBSBAWM, E. Introdução. In: *A Invenção das Tradições*, Paz e Terra, 1987
- _____. La política de la identidad y la izquierda. In: *Nexos*, no. 224, agosto, 1996.
- LEFORTE, CLAUDE. Sociedade sem história e historicidade. In: *As formas da História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- LÉVI-STRAUSS, CLAUDE. A noção de estrutura em Etnologia. In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- _____. *O pensamento Selvagem*. Campinas: Papirus Editora, 1989.
- LOURENÇO, E. *Mitologia da Saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MACHADO, IGOR J. R. *Estereótipos e representações cruzadas: brasileiros no Porto, Portugal*. Exame de Qualificação para Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2001.
- _____. “Já vi esse filme...”: estereótipos no cotidiano de imigrantes brasileiros no Porto. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.) *Nação e Diáspora: encenações de identidade e poder entre Brasil e Portugal*, Campinas: Editora da UNICAMP, 2002 (prelo).
- RIBEIRO, GLADYS S. Identidade Nacional e conflitos raciais: 1820-1834. In: *Projeto integrado: identidades: reconfigurações de cultura e política. Estudos de migrações transnacionais de população, signos e capitais*. Aprovado pelo PRONEX. Campinas: Unicamp. 1996.
- _____. Portugueses do Brasil e Portugueses no Brasil: “laços de irmandade” e conflitos identitários em dois atos (1822 e 1890). In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.) *Nação e Diáspora: encenações de identidade e poder entre Brasil e Portugal*, Campinas: Editora da UNICAMP, 2002 (prelo).

- SANTOS, BOAVENTURA DE SOUZA. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. In: *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- _____. Onze Teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal. In: *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- SANTOS, GUSTAVO P. D. *Relações Interétnicas em Lisboa: Emigrantes Brasileiros e Africanos no Contexto da Lusofonia*, 1998 (mimeo).
- SAHLINS, MARSHAL. *Ilhas de História*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.
- _____. *Cultura e Razão Prática*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro; 1986.
- SARTRE, JEAN-PAUL. Questão de Método. In: *Os pensadores XLV*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- SEYFERTH, G. A Invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos, *Anuário Antropológico-93*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- _____. Etnicidade. In: *Dicionário de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986.
- SILVA, D. M. *A ética da resistência: os exilados anti-salazaristas do "Portugal Democrático" (1956-1975)*, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 2000.
- THOMPSON, E. P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: *Revuelta y Consciencia de Clase: estudios sobre la crisis de la sociedad pre-industrial*. Barcelona: Critica, 1984.
- VALENTIM, CLÁUDIA A. O mundo visto do exílio: uma leitura da correspondência de Fernando Lemos e Jorge de Sena. In: *Revista Convergência Lusíada – Número Especial Relações Luso-brasileiras*, no. 19, Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2002.
- VERDASCA, JOSÉ *A Casa de Portugal e a Comunidade*, São Paulo, 1993.
- VIDAL, F. P. Biografia de uma instituição luso-brasileira. In: *80 anos Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo (1912-1922)*, São Paulo, 1992.

VIEIRA, N. *Brasil e Portugal: A Imagem Recíproca*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério de Educação, Lisboa, Portugal, 1991.

Jornais e Revistas

Jornal Folha de São Paulo de 21/07/1999, 10/03/2000, 27/04/2000.

Jornal O Público de 14/09/1997.

Jornal Portugal em Foco edição de 20 a 26 de abril de 2000.

Revista Portugal em Foco - Ano XI - no. 20 - 10 de junho de 1999.

Revista Veja 31/03/1999.

Revista Portugal-Brasil: investimentos e negócios no. 2 - 2000.

